

Do Intervencionismo ao Sidonismo

Os dois segmentos da política de guerra na 1.^a República: 1916-1918

Luís Alves de Fraga



R E P Ú B L I C A



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLECÇÃO REPÚBLICA

Amadeu Carvalho Homem

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLECÇÃO REPÚBLICA

Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

Aldina Almeida Santos

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Cruz de Guerra (criada em 1916, no contexto da participação portuguesa na Grande Guerra)

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Norprint

ISBN

978-989-26-0034-5

DEPÓSITO LEGAL

310349/10

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
1910 · 2010

COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© ABRIL 2010, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Do Intervencionismo ao Sidonismo

Os dois segmentos da política
de guerra na 1.^a República

1916-1918

Luís Alves de Fraga



À memória do meu Pai
o qual sempre esperou que me superasse

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
Obras recentes sobre o tema	26
A nossa abordagem	38
1.ª PARTE.....	47
I – MOTIVAÇÕES PARA A ENTRADA NA GUERRA	49
1. O quadro de dependência de Portugal da Grã-Bretanha	51
2. A dependência económica	54
3. A dependência diplomática e política	79
2.ª PARTE.....	93
II – AS ALTERAÇÕES ORGÂNICAS DO EXÉRCITO DE 1910 A 1916	95
1. Antecedentes	95
2. A reorganização militar republicana: o recrutamento	103
2.1. Impossibilidade de remissão a dinheiro	104
2.2. Redução do tempo de serviço militar obrigatório	104
2.3. Alteração dos conceitos de reservas militares	105
3. A reorganização republicana do Exército.....	108
4. A Instrução Militar Preparatória	116
5. A mobilização para a guerra: de 1914 a 1916	125
6. Armamento, transportes e equipamentos do Exército em 1914	148
6.1. Armamento.....	149
6.2. Os transportes no Exército	150
6.3. Equipamento diverso	151

III – A DESAGREGAÇÃO INTERNA VISTA PELO EXÉRCITO: 1916 E 1917	155
1. O quadro conjuntural	155
2. O «perigo» monárquico	188
3. O «perigo» alemão em Portugal	208
4. Os «antiguerristas»	216
4.1. A actividade anarquista e sindicalista	217
4.2. O «Rol de Desonra»	221
5. As reacções populares	236
5.1. As greves	236
5.2. Os assaltos	245
6. O Exército e a guerra em 1916	258
6.1. Os oficiais do Exército e a beligerância	258
6.2. Os soldados e a beligerância	262
6.3. As deserções em Portugal	265
3.ª PARTE	271
IV – O CEP NO ANO DE 1917	273
1. Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português	273
1.1. Mobilização	274
1.2. As manobras de Tancos	280
1.3. As convenções militares anglo-lusas	285
1.4. Mobilização e organização do CEP antes do embarque	292
2. Organização e Equipamento do CEP	295
2.1. A ordem de batalha	295
2.2. Os equipamentos	296
3. Transporte, instalação e reorganização do CEP	298
3.1. Transporte do CEP	299
3.2. A instalação do CEP	301
3.3. A reorganização do CEP	302
4. A instrução do CEP em França	307
5. Entrada em sector e primeiros combates	309
5.1. O estágio com os Britânicos	310
5.2. O sector português	312
5.3. Entrada em linhas e dispositivo de combate	315
5.4. Os primeiros combates	317
5.4.1. Particularismos dos combates e comportamentos individuais	322
5.4.2. As escaramuças entre infantarias	327
6. Movimento de rotação nas linhas	330

V – O CEP ATÉ À BATALHA DE LA LYS	335
1. O quotidiano no CEP	336
1.1. A vida nos Batalhões das linhas A e B	336
1.2. A vida nos Batalhões em apoio e reserva	339
2. Alimentação e higiene	341
2.1. A alimentação.....	341
2.2. A higiene.....	345
3. O apoio sanitário.....	348
3.1. A organização do Serviço de Saúde.....	348
3.2. A função do médico aos mais baixos níveis orgânicos	350
3.3. As doenças e os doentes.....	351
3.4. Os feridos.....	353
3.5. Os hospitais ingleses.....	357
3.6. Serviços sanitários.....	358
4. A correspondência e a censura.....	359
4.1. Efeito psicológico da correspondência postal	359
4.2. A organização do Serviço Postal de Campanha no CEP.....	360
4.3. Movimentação de correspondência.....	362
4.4. As notícias do <i>front</i> em Portugal	363
4.5. A censura da correspondência.....	364
5. Visitas e cerimónias	366
5.1. A visita do Ministro da Guerra.....	366
5.2. A visita do Presidente da República	368
6. Os combates da infantaria portuguesa de Janeiro a Abril de 1918	371
6.1. Os combates da infantaria	372
6.2. Particularismos dos combates	374
6.3 As escaramuças entre infantarias	383
7. Os antecedentes da batalha de La Lys	385
7.1. Planos alemães.....	386
7.2. O mês de Março no sector português	387
7.3. As desconfianças e as informações.....	388
7.4. O moral das tropas	391
8. A reestruturação orgânica e efectivos	394
9. A 1. ^a grande revolta.....	397
10. A batalha de La Lys	401
10.1 Visão geral da frente em La Lys – as forças aliadas	401
10.2. As forças alemãs.....	403
10.3. A ordem de rendição da 2. ^a Divisão.....	405
10.4. Ordem de batalha da 2. ^a Divisão	406

10.5. A preparação de artilharia.....	408
10.6. O ataque da infantaria	409
10.7. A artilharia portuguesa.....	420
10.8. La Couture.....	424
10.9. Os resultados da batalha.....	430
10.10. A imprensa francesa e a batalha	431
VI – SIDÓNIO PAIS E A POLÍTICA DE GUERRA	439
1. Um golpe militar sem história	441
1.1. A conjuntura.....	441
1.2. Apoios e alianças conhecidos	445
1.3. As suspeitas: germanófilo ou anglófilo?.....	452
2. O impacto no CEP	487
2.1. Os acontecimentos na frente de batalha.....	499
2.2. Os efeitos sobre a organização.....	507
3. A eminência cinzenta	516
VII – CEP: A ÚLTIMA REORGANIZAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS.....	525
1. O CEP depois de 9 de Abril de 1918	526
2. O general Garcia Rosado	533
2.1. O homem e o militar	534
2.2. A actividade em Inglaterra.....	542
3. O general Garcia Rosado em França	556
4. As revoltas militares em França	568
5. A última arrancada	574
6. Depois do Armistício.....	579
VIII – O BALANÇO EM NÚMEROS.....	587
1. Análise da disciplina	587
1.1. As faltas disciplinares e os crimes	588
1.2. As épocas mais propícias às faltas e aos crimes militares.....	589
1.3. As faltas disciplinares mais comuns.....	592
1.4. As faltas disciplinares dos oficiais	597
1.5. Os crimes mais comuns	599
2. Estatísticas portuguesas.....	600
CONCLUSÃO.....	617
BIBLIOGRAFIA	639
ANEXOS	651

AGRADECIMENTOS

Um trabalho da natureza deste que aqui desenvolvemos é devedor de agradecimentos vários. Na impossibilidade de os mencionarmos a todos, pois muitas foram as pessoas que, ao longo dos tempos, contribuíram para a realização desta tarefa, temos de ser selectivos nas nossas palavras.

Porque a investigação se arrastou por mais de duas dezenas de anos, dada a extensão documental a consultar, recordamos o inestimável apoio que nos foi facultado pelo pessoal do Arquivo Histórico Militar (AHM), nomeadamente o antigo funcionário senhor Beijoca — profundo conhecedor do acervo ali existente — o tenente Masqueiro e, como não podia deixar de ser, o coronel Aniceto Afonso, nosso amigo pessoal e antigo Director, a quem ficamos a dever inúmeras favores de toda a ordem.

Não queremos esquecer as muitas facilidades que tanto no Instituto de Altos Estudos da Força Aérea como, especialmente, na Academia da Força Aérea nos foram oferecidas, em tempos recuados, para podermos levar a cabo grande parte da investigação inicial, envolvendo nesse agradecimento todos os Chefes e Comandantes que compreenderam a nossa ânsia de saber.

Queremos destacar o incentivo que nos foi dado, logo desde a primeira hora, quando lhe anunciámos o nosso projecto, pelo Magnífico Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Professor Doutor Justino Mendes de Almeida, ao qual devemos palavras de ânimo proferidas em diversas e difíceis ocasiões.

Ao Professor Doutor Armando Carvalho Homem, antigo Director do Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, devemos a compreensão para as várias e complicadas vicissitudes que nos assaltaram durante o recuado período do início da estruturação deste trabalho como

Será curioso lembrar que o espírito que leva à simples substituição dos primeiros contingentes nomeados havia um ano, também foi, naturalmente, influenciado pela rendição do Sudoeste Africano, que ocorreu no mês de Agosto. Quer dizer, para Angola só havia, agora, que mandar as forças militares minimamente necessárias para levar a cabo a pacificação das hostes indígenas sublevadas pelos Alemães; o «grande perigo» de ocupação germânica transferia-se para a colónia da África Oriental. Contudo, essa ameaça só vai tomar plena configuração depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, isto é, depois de Março de 1916.

Ao todo, para a colónia da África Ocidental, mobilizavam-se 1789 homens, sendo 812 dos efectivos das unidades de Artilharia, 964 das unidades de Infantaria e Metralhadoras e 13 de Engenharia e Serviço de Saúde. Para Moçambique marchavam 1545 homens, sendo 221 do Regimento de Artilharia de Montanha, 189 do Regimento de Cavalaria n.º 3, 1084 das unidades de Infantaria e de Metralhadoras, 21 de Engenharia, 26 de Administração Militar e dois do Serviço de Saúde.

Em face destes números, podemos dizer que, desde o início da guerra até meados do mês de Setembro de 1915, isto é, em pouco mais de um ano, já haviam sido mobilizados para serviço de campanha no ultramar 13 457 militares; para Angola, 10 435, para Moçambique, 3022. Até ao final da guerra, o esforço de pacificação na colónia da África Ocidental só já vai custar a mobilização de mais 1919 homens; o grande empenhamento vai passar a ser feito em Moçambique.

Na verdade, com data de 25 de Maio de 1916, um Decreto⁶⁴ mandou que fossem nomeados para aquela colónia 4642 homens. Era uma grande unidade comandada por um general, que comportava três Batalhões de Infantaria, três Baterias de Metralhadoras, três Baterias de Artilharia de Montanha, uma Companhia mista de Engenharia e diverso pessoal do Serviço de Saúde, do Serviço de Administração Militar e do Serviço de Transportes. O quartel-general incluía 119 militares, de Engenharia foram mobilizados 323 homens, de Artilharia foram 665, de Infantaria foram 3264 militares e 271 dos Serviços que indicámos. Quer dizer, em menos de dois anos,

⁶⁴ *Ordem do Exército* n.º 12 — 1.ª série — de 30 de Maio de 1916, p. 585.

marcharam para Moçambique 7664 homens; até ao final da guerra, em Novembro de 1918, irão seguir para aquela colónia mais 11 774 militares.

Analisando faseadamente as mobilizações, antes do envio de tropas para França, verificamos que em vinte um meses — de Agosto de 1914 a Maio de 1916 — África absorveu 18 099 homens, ou seja, *grosso modo*, um pouco mais do que o contingente de um ano de recrutamento normal. Se tivermos presente que o novo sistema de recrutamento e instrução do Exército só começou a funcionar em 1912, é fácil perceber que as reservas militares de que dispunha o Governo da República, em 1914, eram, ainda, as da Monarquia. Quer dizer, todo o esforço de mobilização para a guerra, de 1914 a 1916, fez-se com base nos chamados efectivos permanentes, nos recrutamentos normais e nos reservistas herdados do anterior regime. Se olharmos, agora, para todo o tempo de guerra — Agosto de 1914 a Novembro de 1918, ou seja, cinquenta e um meses — verificamos que só os teatros africanos absorveram um total de 31 792 homens. Daqui, percebe-se que o esforço de guerra, em termos de mobilização e não levando por ora em conta os efectivos envolvidos no teatro europeu, foi muito grande face a um deficiente aparelho militar herdado da Monarquia, vivendo ainda os primeiros tempos de uma reforma que o iria transformar num verdadeiro Exército Nacional. Como de seguida veremos, o resultado da junção dos dois efeitos referidos veio a originar, na segunda metade de 1915 — depois da vitoriosa revolução de 14 de Maio e, por conseguinte, depois de se ter definido que a única política conveniente a Portugal era a da beligerância na Europa — veio a originar, dizíamos, uma premente necessidade de legislar de modo a conseguir organizar o Exército para o tornar minimamente eficiente em operações europeias.

Como é sabido, ainda antes do final do ano de 1914, como consequência do pedido de apoio em peças de artilharia⁶⁵ apresentado ao Governo português pela França, foi decidido organizar uma *Divisão Auxiliar* para seguir para a frente ocidental europeia.

⁶⁵ Uma vez mais, sobre este pedido pode consultar-se o nosso trabalho *O Fim da Ambiguidade*, em especial as p. 131-146.

Começou por se decretar⁶⁶ a mobilização da *Divisão*, invocando-se para tal a Lei n.º 275 de 8 de Agosto desse ano⁶⁷ e a Lei n.º 283 de 24 de Novembro⁶⁸. Em Decretos distintos nomeavam-se, na mesma data, o comandante da Divisão — general Jaime Leitão de Castro — e o chefe do Estado-Maior daquela grande unidade — major do Serviço de Estado-Maior Roberto da Cunha Baptista⁶⁹. Pelo Decreto de 1 de Dezembro⁷⁰ fazia-se publicar a organização da *Divisão Auxiliar*, a qual implicava a mobilização de 22 461 homens, sendo 720 oficiais⁷¹.

No Decreto estabelecia-se que a nomeação dos oficiais e sargentos para integrar as forças da *Divisão* se faria por antiguidade — dos mais modernos para os mais antigos — dentro da unidade mobilizada, enquanto as praças eram mobilizadas em primeiro lugar as pertencentes ao quadro permanente, seguindo-se, na falta destas, as que já haviam sido licenciadas, começando-se pelas classes mais modernas⁷².

Tomando em conta os números já por nós indicados, relacionados com as mobilizações para as operações em África, poder-se-á dizer que, no fim de Dezembro, Portugal contava ter em pé de guerra 32 584 homens — 10 123 naquele continente e 22 461 destinados a marchar para França. Como se vê, era um esforço significativo. Tão significativo que dificuldades técnicas de vária ordem foram protelando a organização da *Divisão Auxiliar*, até que o Governo Pimenta de Castro, agora por razões políticas, lhe pôs cobro.

Os Governos José de Castro e Afonso Costa, que se seguiram à revolução de 14 de Maio de 1915 até à declaração de guerra da Alemanha a

⁶⁶ Decreto de 25 de Novembro de 1914, *Ordem do Exército* n.º 28 — 1.ª série — de 26 de Novembro de 1914, p. 1387-1388.

⁶⁷ A qual dava poderes especiais ao Governo para garantir a ordem interna e a defesa e salvaguarda dos interesses nacionais.

⁶⁸ Autorizava o Governo a tomar as providências que achasse convenientes e necessárias aos altos interesses nacionais.

⁶⁹ Decretos de 25 de Novembro publicados na *Ordem do Exército* n.º 28 — 1.ª série — de 26 de Novembro de 1914, p. 631-632.

⁷⁰ Cf. *Ordem do Exército* n.º 29 — 1.ª série — de 7 de Dezembro de 1914, p. 1389-1406.

⁷¹ Mais à frente, no capítulo IV entraremos em pormenores sobre esta *Divisão*.

⁷² Exceptuavam-se desta regra os comandos mais destacados — os das Brigadas e os dos Batalhões — que ou eram escolhidos ou eram nomeados (caso dos comandantes dos Batalhões).

Portugal — 9 de Março de 1916 — adoptaram uma série de medidas que se enquadram naquilo que hoje poderíamos designar por *política de defesa*.

No período seguinte, ou seja, de Março de 1916 até Janeiro de 1917, fizeram-se aprovar as grandes medidas organizativas que permitiam ao Exército enfrentar a situação de campanha na Europa. Embora sinteticamente, vejamos o que foi esse esforço legislativo, para podermos compreender o efeito da «herança» da Monarquia conjugado com o da reforma de 1911⁷³. Começemos pelo primeiro período.

Em 1 de Setembro de 1915, foi promulgada a Lei n.º 372 que consignava a obrigação de se organizarem dois orçamentos — um ordinário e outro extraordinário ou de guerra. Tratava-se da primeira grande afirmação de beligerância antes mesmo da alteração do estatuto internacional; era a intenção de prever e contabilizar custos; era o primeiro passo da organização financeira da Nação face à guerra. Traçava-se, efectivamente, a linha de demarcação da política de defesa nacional e tinham-se já em mira as indemnizações a exigir da Alemanha como consequência das operações no Sul de Angola. Foi ainda durante o segundo Governo José de Castro que se mandou reiniciar a preparação militar da *Divisão Auxiliar*. Na sequência dessa decisão, e para lhe dar conteúdo organizativo, fez-se publicar, em 10 de Julho de 1915, o Decreto que punha em execução as instruções e regras para a mobilização de tropas ao qual já nos referimos⁷⁴. Também, páginas atrás, mencionámos o diploma que obrigava as praças do quadro permanente ou licenciadas, que possuísem o exame do 2.º grau da instrução primária, a frequentar as escolas de sargentos⁷⁵. A 21 de Setembro era publicada a Lei⁷⁶ que definia o conceito de crime de traição, demonstrando-se, deste modo, a necessidade de dotar o Exército de toda

⁷³ Só através do enunciado das medidas adoptadas se torna possível compreender que, se a reforma tivesse ocorrido vários anos antes ou se a guerra tivesse eclodido vários anos mais tarde, o Exército Português estaria em melhores condições para enfrentar o esforço que lhe foi pedido, porque, na verdade, para além da própria reforma, tudo, ou quase tudo, estava por fazer e por organizar de acordo com o novo modelo adoptado pela República.

⁷⁴ *Ordem do Exército* n.º 12 — 1.ª série — de 15 de Julho de 1915, p. 304-308. Veja-se nota n.º 35.

⁷⁵ Vd. nota n.º 36.

⁷⁶ *Ordem do Exército* n.º 16 — 1.ª série — de 14 de Outubro de 1915, p. 539.

a gama de instrumentos necessários ao seu bom funcionamento. Curiosamente, e demonstrando a falta de princípios orientadores que do antecedente já deveriam estar definidos, a 6 de Novembro de 1915, foi divulgada a circular n.º 36 da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra determinando os aumentos de tempo de serviço a atribuir às chamadas praças de pré quando fazendo parte de forças expedicionárias às colónias⁷⁷. As restantes medidas deste primeiro período foram tomadas já durante o Governo Afonso Costa, a partir do começo de Dezembro de 1915.

A 4 de Dezembro o conselho de ministros decidiu comprar três submarinos destinados ao patrulhamento da entrada da barra do Tejo⁷⁸; cinco dias depois tomou uma nova decisão que visava directamente o Exército — proibição de exportação de mares, porque todos os que existiam no país eram poucos para a tracção das diferentes viaturas militares⁷⁹. Como nesta altura já se começava a imaginar possível a necessidade de requisitar à população civil os meios que tivessem aplicação militar, na mesma data, determinou-se a proibição de saída de Portugal de automóveis particulares comprados por cidadãos espanhóis aqui residentes⁸⁰. Ainda nesse mesmo conselho de ministros de dia 9 de Dezembro, Norton de Matos, ministro da Guerra, foi autorizado a despender a quantia de vinte e cinco contos para adquirir dez mil granadas de artilharia, podendo, também, gastar mais doze contos na compra da chapa de aço necessária à construção de diverso material militar couraçado⁸¹. A 18 de Dezembro foi publicado o Decreto que aprovava e punha em execução a 3.ª parte do Regulamento de Mobilização do Exército⁸². Trata-se de um documento extensíssimo no qual se prevêem todas as acções a adoptar para garantir uma eficiente e atempada mobilização; representa o corolário lógico da alteração do sistema de reservas do Exército, porque era a partir dele que se movimentavam as

⁷⁷ *Ordem do Exército* n.º 17 — 1.ª série — de 13 de Novembro de 1915, p. 586.

⁷⁸ Veja-se A. H. de Oliveira Marques, *O Segundo Governo Afonso Costa (1915-1916)*. *Actas dos Conselhos de Ministros*, Lisboa, Europa-América, 1974, p. 30.

⁷⁹ *Idem*, *op. cit.*, p. 48.

⁸⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 49.

⁸¹ *Idem*, *op. cit.*, p. 50.

⁸² *Ordem do Exército* n.º 1 — 1.ª série — de 3 de Janeiro de 1916, p. 1-283.

escolas de repetição e as eventuais e extraordinárias mobilizações gerais. No último dia do ano de 1915 foi, finalmente, publicado⁸³ o Regulamento da Escola Aeronáutica Militar⁸⁴, criando-se, assim, a primeira unidade aeronáutica em Portugal⁸⁵. Em abono da verdade, deve dizer-se que o Serviço de Aviação já existia desde 25 de Fevereiro de 1913, mas não passava de uma simples divisão orgânica da Arma de Engenharia. A 3 de Janeiro foi deliberado, em conselho de ministros, que o ministro da Guerra podia mandar iniciar a preparação de um campo de manobras militares na região de Tancos⁸⁶. Este destinava-se a contribuir para ultimar a preparação militar da *Divisão Auxiliar* para a poder utilizar em qualquer eventualidade futura. No dia 24 desse mesmo mês, Norton de Matos faz saber, em conselho de ministros, que já tinham sido encomendados, nos Estados Unidos da América, trezentos camiões destinados ao Exército, tendo de pagar-se por eles a quantia de 75 000 dólares⁸⁷; a 28 de Janeiro, de novo o ministro da Guerra informa os seus colegas de Governo que já haviam sido recebidos mil e quinhentos cavalos dos cinco mil que eram necessários para a remonta militar⁸⁸.

Como se acaba de ver, este primeiro período foi rico em decisões fundamentais para conseguir que o Exército ganhasse uma operacionalidade e uma modernidade que não tinha, nem no tempo da Monarquia, nem nos quatro anos anteriores.

Foi nesta fase que ficou bem clara a noção de existir uma Estratégia Nacional, apontando para a intervenção na guerra, no teatro europeu.

⁸³ *Ordem do Exército* n.º 19 — 1.ª série — de 31 de Dezembro de 1915.

⁸⁴ Na verdade, desde a proclamação da República, o *Aero Club de Portugal* e, mais tarde, a Comissão Militar de Aeronáutica vinham discutindo e propondo a criação de uma escola para formação dos primeiros pilotos aviadores portugueses. Contudo, por razões que se prendem com questões meramente corporativas e de controlo do novo tipo de armamento, só nesta data se passou à acção, depois de ter havido a concorrência de uma outra associação civil-militar, que se propunha a dar início à formação do núcleo aeronáutico português.

⁸⁵ A primeira localização da Escola foi na Vila Nova da Rainha. Entre outros, Sacadura Cabral foi um dos primeiros instrutores de pilotagem da Escola.

⁸⁶ *Idem, op. cit.*, p. 69.

⁸⁷ *Idem, op. cit.*, p. 85.

⁸⁸ *Idem, op. cit.*, p. 111.

O esforço de reequipamento e de reorganização militar foi extraordinário e determinante, sendo indicador de um caminho que se pretendia percorrer; caminho que não era o da neutralidade ambígua que Londres definira, no começo da guerra, para Portugal. Olhava-se, com determinação, para a futura beligerância como um rumo a seguir. Para tanto, havia que tornar credível o Exército nacional aos olhos dos beligerantes, desfazendo a impressão de uma força armada somente para combater em África e contribuir para dar brilho aos acontecimentos públicos em Portugal.

Passemos, agora, ao segundo período, isto é, ao tempo que vai de Março a Dezembro de 1916, ou seja, desde a declaração de guerra da Alemanha a Portugal até às vésperas dos primeiros embarques para França⁸⁹.

Começemos pelo mês de Março. A 12 foi dada autorização para o Governo mobilizar quaisquer indústrias⁹⁰; no dia 20 tomaram-se uma série de decisões: autorização para mobilizar, total ou parcialmente, os cidadãos do sexo masculino⁹¹; impedimento de passagem à reforma dos oficiais com mais de 70 ou 75 anos de idade⁹²; proibição de os cidadãos do sexo masculino, entre os 17 e os 45, saírem de Portugal⁹³; tornou-se obrigatório todas as praças declararem as suas habilitações literárias⁹⁴; criação de juntas de saúde de revisão para todos os cidadãos isentados, com menos de 45 anos⁹⁵.

⁸⁹ Não nos dispensamos desta exaustiva enumeração, porque se trata do primeiro levantamento que sobre o assunto se faz e, julgamos, a sua originalidade justifica o pormenor.

⁹⁰ Lei n.º 493, de 12 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 7 — 1.ª série — de 4 de Maio de 1916, p. 477-479.

⁹¹ Decreto n.º 2285, de 20 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 412.

⁹² Decreto n.º 2286, de 20 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 412. Esta decisão, segundo o próprio diploma, tinha a vigência da duração do estado de guerra. Trata-se da primeira medida indicadora da pressentida falta de oficiais para fazer frente à situação de guerra.

⁹³ Circular — urgente — n.º 31, de 20 de Março de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 426. Deve dizer-se que no texto da circular ainda se proibia os cidadãos de se ausentarem para as colónias, mesmo aqueles que tivessem ficado isentos do serviço militar.

⁹⁴ Circular n.º 10, de 20 de Março de 1916, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 427.

⁹⁵ Decreto n.º 2287, de 20 de Março de 1916. Para além de obrigar os cidadãos já isentos do serviço militar a serem sujeitos a uma nova junta de saúde, obrigava também os militares passados à reserva ou à reforma a serem reinspeccionados para confirmação da decisão anterior.

No dia 24 foram estabelecidas novas condições para a promoção de 2.º a 1.º sargento do Exército⁹⁶ e criadas juntas de saúde de revisão para os cidadãos recenseados com menos de 45 anos⁹⁷. A 29 desse mesmo mês foi estabelecido o fim da concessão de adiamentos da prestação do serviço militar⁹⁸ e a 30 foi proibida a saída para o estrangeiro a cidadãos com idades entre os 16 e os 45 anos⁹⁹.

Como se pode ver, as medidas adoptadas neste mês foram de carácter genérico e imediatistas de acordo com o estado de guerra existente, muito embora já se comecem a vislumbrar algumas das grandes dificuldades existentes através da não aceitação de passagem à reforma de velhos militares e também na obrigatoriedade de declaração de habilitações literárias — claro desejo de conseguir graduados — e, ainda, nas facilidades de promoção a 1.º sargento.

No mês de Abril, logo a 3, foram publicadas normas sobre o 2.º grau da IMP e sobre a instrução das tropas territoriais¹⁰⁰; no dia 4 saíram mais algumas disposições a saber: promoção a alferes, por antiguidade, de todos os aspirantes e sargentos-ajudantes¹⁰¹; redução, para seis meses, de todos

⁹⁶ Portaria n.º 623, de 24 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 4 — 1.ª série — de 25 de Março de 1916, p. 417-419. Estas novas condições iam no sentido de facilitar a promoção, dado que o candidato já não era obrigado a possuir o 3.º ano do curso dos liceus, bastando-lhe a aprovação num curso técnico ministrado na própria instituição militar.

⁹⁷ Decreto n.º 2406 de 24 de Março de 1916. Estabelece, em concreto, que ficam sujeitos a inspecção da junta de saúde todos os cidadãos com menos de 45 anos de idade que, tendo sido recenseados, não hajam sido inspeccionados em devido tempo.

⁹⁸ Circular n.º 26, de 29 de Março de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 444.

⁹⁹ Decreto n.º 2305, de 30 de Março de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 431-433. Trata-se de dar força à circular n.º 31 (nota 69) através de prever, agora, graves punições para todo aquele que fugir ao cumprimento da lei; as sanções poderiam ir a pena de presídio, no caso de o infractor ser militar, ou a prisão correccional no caso de ser civil.

¹⁰⁰ Circular n.º 11, de 3 de Abril de 1916, da 4.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra, in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 450-452. Pretendia-se que a instrução militar dos mancebos entre os 17 e os 20 anos fosse mais virada para a preparação física e para a obtenção de uma especialidade militar mais complexa do que a de simples atirador; convidava-se a população a criar mais sociedades de Instrução Militar Preparatória e os oficiais e sargentos da reserva e da reforma a empenharem-se na instrução dos mancebos.

¹⁰¹ Decreto n.º 2315, de 4 de Abril de 1916, in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916, p. 438-439. Trata-se de uma decisão que resultava da falta de alferes e, só na Arma de Cavalaria, foram promovidos a este posto mais de quarenta militares.

os cursos da Escola de Guerra¹⁰²; promoção a 2.º sargento e a 1.º sargento de praças com os cursos das escolas regimentais¹⁰³. No dia seguinte, foi publicada a dispensa dos 1.ºs sargentos frequentarem a E. C. S.¹⁰⁴ na promoção a sargento-ajudante¹⁰⁵. No dia 11 deu-se publicidade à regulamentação da saída do país de praças licenciadas, reservistas e licenciadas¹⁰⁶. Logo no dia 12 foi publicada a regulamentação do crime de deserção a partir de 12 de Março¹⁰⁷. A 19 foi criada a Comissão Portuguesa de Prisioneiros de Guerra¹⁰⁸. No dia seguinte, foram várias as disposições aprovadas: criação das condições de rápida promoção a 2.º sargento¹⁰⁹; promoção a alferes médico de todas as praças habilitadas com o curso de medicina¹¹⁰; estabelecimento de novas normas de mobilização¹¹¹. Finalmente, a 29 foi

¹⁰² Decreto n.º 2314, de 4 de Abril de 1916. Esta redução era ainda mais drástica, porque se estipulava que para os exames se deveria dispor de um mês, facto que reduzia o tempo lectivo a cinco, durante os quais não haveria férias nem licenças de qualquer espécie.

¹⁰³ Decreto n.º 2316, de 4 de Abril de 1916. Medida que tinha por finalidade recompletar as carências que havia de quadros inferiores no Exército e que, sabia-se, iriam faltar pelo desgaste da guerra, donde, tornava-se indispensável aproveitar ao máximo todos os homens que ainda tivessem uma formação militar razoável.

¹⁰⁴ E. C. S. — Escola Central de Sargentos.

¹⁰⁵ Circular n.º 5 — Urgente —, 5 de Abril de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra in *Ordem do Exército* n.º 5 — 1.ª série — de 8 de Abril de 1916. Evidencia a falta de quadros de baixa graduação experientes.

¹⁰⁶ Circular n.º 31, de 11 de Abril de 1916, da 3.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Atribui somente àquela Secretaria a competência para autorizar a saída do país às referidas praças.

¹⁰⁷ Circular n.º 1 — Urgente —, de 12 de Abril de 1916, da 5.ª Repartição da 1.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Determinava que todos os crimes punidos de maneira diferente em tempo de paz e de guerra, depois de 12 de Março passassem a ser considerados como praticados em tempo de guerra.

¹⁰⁸ Portaria de 19 de Abril de 1916, do ministro da Guerra. Dava a composição da referida Comissão eleita pela Comissão Central da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.

¹⁰⁹ Decreto n.º 2346, de 20 de Abril de 1916. Todas as praças que, sabendo ler, escrever e contar, não tendo o exame de 2.º grau da instrução primária, deveriam frequentar uma escola de sargentos com a duração de três semanas, podendo ser promovidas ao posto de 2.º sargento, se tiverem aproveitamento e boas informações na referida escola.

¹¹⁰ Decreto n.º 2345, de 20 de Abril de 1916. Para além de determinar a promoção imediata de qualquer praça habilitada com o curso de Medicina feito em Portugal ou no estrangeiro, aplicava igual medida às praças que tivessem o curso de veterinária.

¹¹¹ Decreto n.º 2343, de 20 de Abril de 1916. Evidencia a falta de graduados dos postos mais baixos do Exército, porque, na mobilização, dá sempre, como prioridade alternativa, a primazia às praças habilitadas com as condições de promoção ao posto imediato.

proibida a nomeação, para o ultramar, de tropas com menos de 21 anos de idade¹¹².

142

É fácil de ver que os meses de Março e Abril foram, do ponto de vista da acção normativa, os que maior número de regras fizeram aprovar. Em Abril nota-se a clara preocupação de dotar o Exército com pessoal capaz de ocupar os chamados postos inferiores, tanto ao nível de oficiais — aceleração de formação dos oriundos da Escola de Guerra — como, também, ao nível de sargentos. Deve evidenciar-se o facto de começar, agora, a grande preocupação com a mobilização de médicos e veterinários — era uma das maiores lacunas do Exército, em 1916.

No mês de Maio logo no dia 4 foram criadas, em Lisboa, as escolas preparatórias de oficiais milicianos¹¹³; no dia seguinte foi determinado o fim das aulas a 10 de Maio para os alunos convocados para o serviço militar¹¹⁴ e a especificação dos indivíduos que ficam sujeitos às leis militares durante a guerra¹¹⁵. No dia 12 foi determinada a mobilização dos alunos dos cursos de Medicina e de Veterinária¹¹⁶ e no dia 18 a inspecção de todos os médicos milicianos, licenciados, com menos de 45 anos¹¹⁷. A 20

¹¹² Circular n.º 32, de 29 de Abril de 1916, da 5.ª Repartição da 2.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra. Diz-se que, estando já desde 1908 reconhecido o inconveniente de mobilizar tropas com menos de 20 anos para o ultramar, só passavam a poder ser mobilizados os indivíduos com mais de 21 anos de idade, independentemente da respectiva graduação.

¹¹³ Decreto n.º 2367, de 4 de Maio de 1916. Mandava criar em Lisboa uma escola preparatória de oficiais milicianos de Infantaria, Cavalaria, Administração Militar, Artilharia de Campanha e pioneiros, mantendo em funcionamento as escolas de oficiais milicianos de Infantaria existentes em Coimbra e no Porto.

¹¹⁴ Decreto n.º 2373, de 5 de Maio de 1916. Estavam abrangidos por esta disposição também os alunos que viessem a ser convocados para o serviço militar até àquela data.

¹¹⁵ Decreto n.º 2369, de 5 de Maio de 1916. Ficam sujeitos à jurisdição militar, além dos próprios militares, entre outros, os funcionários dos ministérios militares, todos os que acompanhem as forças em campanha, os acusados de adulterar víveres ou bens militares, os que se recusarem ao serviço militar e os que se recusarem a aceitar as requisições de veículos.

¹¹⁶ Decreto n.º 2384, de 12 de Maio de 1916. Determina que os alunos dos 5.ºs anos de Medicina e de Veterinária sejam promovidos a alferes, sem necessidade de frequentarem qualquer escola de formação de oficiais milicianos, quando concluírem o curso; os alunos dos 3.ºs e 4.ºs anos assentam praça nas Companhias de Saúde e no Regimento de Cavalaria n.º 4 e serão promovidos a aspirante e alferes quando terminarem os respectivos cursos; os alunos dos 1.ºs e 2.ºs anos frequentarão nas Companhias de Saúde ou nos Hospitais Militares o curso de enfermeiros ou enfermeiros hípicas.

¹¹⁷ Circular n.º 28, de 18 de Maio de 1916. Ficam obrigados a nova inspecção médica todos os oficiais milicianos médicos que tenham pedido demissão das fileiras e que tenham menos de 45 anos de idade.

de um movimento revolucionário para evitar a ida para a guerra, ou caso como sequência dessa ida. (...)»

À laia de conclusão diremos que também entre as praças do Exército começou a haver um mau estar no tocante à beligerância, assim que se iniciaram os primeiros preparativos de formação e instrução, como resultado da incompreensão dos motivos da participação na guerra; mau estar alimentado, quase sempre, fora dos quartéis, ainda que dentro deles a indiferença de numerosos oficiais servisse de estímulo por omissão do sentido do dever e da compreensão do serviço a Portugal.

6.3. As deserções em Portugal

A guerra e, acima de tudo, as sucessivas mobilizações quer para as expedições de reforço a Angola e Moçambique, em 1914 e 1915, quer para formação da *Divisão Auxiliar*, da *Divisão de Instrução* e, depois, do Corpo Expedicionário Português foram motivo para, entre Agosto de 1914 e Janeiro de 1917, levar alguns Portugueses a desertar, procurando fugir ao cumprimento das suas obrigações militares.

Não pretendemos ser exaustivos, também neste aspecto; elementos não nos faltam para mostrar como se foi desenrolando o processo de deserção em Portugal — já tão seguros não podemos estar para igual situação ocorrida em França, em consequência das perdas materiais resultantes da batalha de La Lys — porque todo ele corria, na fase de investigação, pelo Serviço de Informações, cujos arquivos estão muito completos. Para além de explicar as deserções ocorridas ainda em Portugal, estamos interessados na compreensão das causas determinativas da fuga ao cumprimento do dever de cidadania, servindo a Pátria nas fileiras militares. Assim, antes de prosseguirmos, convirá deixar dois apontamentos que nos parecem importantes para se perceber o processo de deserção.

Em primeiro lugar, quando a deserção é efectiva, isto é, quando resulta da intenção de fugir ao serviço militar — porque, adiante se verá, nem todas têm esta característica — a fuga, em geral, fazia-se para a vizinha Espanha, onde o desertor encontrava trabalho sem grande dificuldade.

Assim, dependiam da vigilância da fronteira seca as maiores ou menores hipóteses de passagem clandestina e é nesse sentido que existe correspondência com o Ministério das Finanças, de quem dependia a Guarda Fiscal, solicitando um maior empenhamento daquele corpo militarizado na zona fronteiriça de Escalhão, Barca de Alva e toda a Beira Baixa²³².

O segundo apontamento refere-se ao facto, até hoje desconhecido, de se pagar o serviço de captura de desertores nesta época. Realmente, pelo ofício n.º 3179, de 8 de Novembro de 1917, do Serviço de Informações, dirigido ao administrador do concelho de Setúbal, diz-se textualmente que foi ordenado «às unidades a que V. Exa. se referiu no citado ofício, o pagamento das importâncias em dívida pela captura de desertores, tendo-se recebido as respostas que por cópia envio a V. Exa.»²³³.

Na tentativa de perceber qual era a região do país de onde mais desertavam militares fizemos um apanhado relativo às unidades de Infantaria, por ser esta a Arma que maior número de homens mobilizava e concluímos o seguinte, de um total de 2907: o Regimento de Infantaria n.º 3, com sede em Viana do Castelo, teve 420 desertores, dos quais 53 faltaram ao embarque para França, a este seguiu-se o Regimento de Infantaria n.º 29, com aquartelamento na Figueira da Foz e em Águeda, com 258 faltosos, em terceiro lugar, vinha o Regimento de Infantaria n.º 8, com sede em Braga, com 189 desertores, segue-se, depois, o Regimento de Infantaria n.º 31, cujo quartel era no Porto, com 175, dos quais 53 faltaram ao embarque para França. Na ordem inversa das unidades de onde desertaram menos militares temos: Regimento de Infantaria n.º 32, com aquartelamento em Penafiel, com cinco desertores, depois o Regimento de Infantaria n.º 27, com sede no Funchal, com 12 desertores, em seguida o Regimento de Infantaria n.º 34, com aquartelamentos na Guarda e Santarém, com 13 faltosos e, por fim, o Regimento de Infantaria n.º 33, com aquartelamentos em Lagos e Faro, com 17 desertores. A média aritmética das deserções é de 83 homens

²³² Ofícios n.º 279, de 16 de Fevereiro e de 21 de Fevereiro de 1917 AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1259 n.º 3.

²³³ AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1259 n.º 3.

por unidade (35 Regimentos), sendo que geograficamente, dividindo o continente pelo rio Mondego, temos que a Norte houve 1879 deserções e a Sul 826; nos arquipélagos ocorreram 202 deserções²³⁴.

Claro que uma análise mais cuidada dos elementos existentes sobre deserções permite que se possa concluir que alguns dos casos não estavam relacionados com a guerra e a mobilização para o conflito. Com efeito, foram muitos os mancebos que se viram classificados como desertores, porque não compareceram às inspecções militares por se encontrarem em situações que os impediam completamente de o fazer; foi o caso de todos os que haviam emigrado ainda muito jovens e que, radicados em terras distantes, acabaram por decidir não voltar ao torrão natal. Naturalmente houve deserções bem determinadas que mais não eram do que verdadeiras fugas ao dever militar²³⁵. E não se pense que essas situações se verificaram somente ao nível de praças compelidas ao cumprimento do serviço obrigatório! Houve casos — e não poucos — de deserção de oficiais dos quadros permanentes do Exército — como foi o que ocorreu em Castelo Branco na sequência da intentona levada a efeito por Machado Santos nas vésperas do embarque do primeiro contingente para França. Oficiais milicianos também desertaram.

Por mera amostragem, entre uma lista casual de 70 desertores é possível identificar 11 oficiais (15,7%), seis oficiais milicianos (8,6%), dois médicos (2,9%), um segundo-sargento do quadro permanente (1,4%) e quatro segundo-sargentos milicianos (5,7%). Os restantes 46 homens (65,7%) ou eram soldados e cabos, ou não foi possível determinar o posto ou quaisquer outras indicações. Como a amostra foi aleatoriamente escolhida,²³⁶ pode concluir-se que, percentualmente, os oficiais dos quadros permanentes desertaram em grande quantidade se comparados com as restantes situações identificadas.

²³⁴ AHM 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1261 n.º 1.

²³⁵ Para todos os tipos de deserções fez Norton de Matos imprimir a Ordem circular n.º 648, confidencial, de 17 de Abril de 1917, dando cobertura a um impresso para identificação e denúncia dos desertores com vista à sua captura (AHM 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1259 n.º 1).

²³⁶ AHM 1.^a Div. 35.^a Sec. Cx. 1261 n.º 1.

A relação da totalidade de deserções²³⁷ dá-nos o valor de 3035 homens, dos quais foram capturados apenas 181. Contudo, olhando para ela com atenção verifica-se que nos países ou regiões de imigração habitual (Brasil, EUA, Califórnia e Argentina) residiam 617 (20,3%) dos desertores. Depois, estão também contabilizados 72 falecidos. Pode, então, afirmar-se que, realmente, as deserções foram da ordem dos 2400 homens, o que não chega a ser 4,5% do total dos militares deslocados para França durante a guerra.

À maneira de conclusão sumária diremos que as deserções em Portugal foram poucas, se comparados todos os efectivos mobilizados para a Europa, para Angola e Moçambique. Por outro lado, demonstram que as áreas geográficas mais a Norte do país se mostravam mais propensas à fuga à obrigação militar, o que corresponde a uma série de circunstâncias, a saber: maior tradicionalismo, menor proletarização agrícola, maior hábito de emigração, maior industrialização. Todos estes factores contribuíam para levar os jovens a fugir para Espanha ou tentarem a emigração ilegal para as Américas. Situação idêntica ocorria nos Açores que, comparativamente com a Madeira, centuplicou a deserções, tal o hábito de embarcar para os EUA.

Depois desta extensa análise à situação interna do país nos anos de 1916 e 1917 podemos, com grande sintetismo, dizer que, por falta de uma adequada propaganda política, pela existência de um muito baixo índice cultural, uma feroz oposição política, uma constante actividade conspirativa contra o novo regime, um divórcio entre os objectivos políticos e os anseios da população urbana e rural, a perseguição de uma Estratégia Nacional de prestígio e prestigiante ao lado das nações Aliadas, levada a cabo nos campos de batalha da Europa, integrando Portugal no seio das potências vencedoras e comprometidas com a modernidade e um futuro, no qual houvesse lugar para os pequenos Estados, estava fortemente comprometida. Assim, a retaguarda das forças militares que iam representar o país nas trincheiras onde se combatia estava, também, comprometida e, dada a conjuntura interna, seria difícil que suportasse os rudes golpes

²³⁷ AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1260 n.º 1. A relação pode ser consultada no original da nossa tese, p. 230 o qual é possível encontrar na biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa e na Biblioteca Nacional.

económicos que uma dependência crónica do estrangeiro lhe impunha. No final do ano de 1917 uma qualquer solução política parecia ter de ser encontrada desde que, mesmo como simples mito, propusesse a modificação do contexto amplamente por nós já debuxado.

269

Teremos, de seguida, como objectivo mostrar a vertente militar do esforço para o cumprimento da Estratégia Nacional definida pelo Governo Afonso Costa ao marcar a beligerância activa na Europa como finalidade. Iremos descrevê-la de modo a se perceber que, mesmo sendo um pequeno contingente militar, logrou, nos primeiros meses de campanha cumprir como tropa combatente e como representante militar de uma nação independente e soberana. Temporalmente o nosso estudo estará balizado entre a mobilização e instrução das tropas a mandar para França, no ano de 1916, e o final do ano de 1917.

3.ª PARTE

IV

O CEP NO ANO DE 1917

1. Da Divisão Auxiliar ao Corpo Expedicionário Português

O estatuto ambíguo que a Grã-Bretanha solicitou que Portugal adoptasse poucos dias após o início das hostilidades na Europa pareceu vir a alterar-se quando o *Foreign Office*, por insistência do Governo francês, solicitou, ao abrigo da aliança, que fossem cedidas algumas peças de artilharia ao seu Exército¹. Estava-se, então, ainda no começo da guerra e todos os Estados-Maiores admitiam que o conflito ia ter curta duração. Neste contexto, a beligerância portuguesa foi encarada, em Lisboa, como um contributo que nem seria prolongado nem demasiado pesado para as debilitadas capacidades nacionais. O apoio ficar-se-ia pela cedência de uma Divisão de Infantaria, ou seja, um máximo de vinte a trinta mil homens, incluindo já uma pequena reserva para fazer frente às substituições imediatas². Esse contingente foi logo baptizado com a designação de *Divisão Auxiliar a França*³.

¹ Este pedido feito pela França apresenta, quanto a nós, contornos mal definidos, pois, como fizemos referência na nossa obra *O Fim da Ambiguidade* (p. 131), o papel desempenhado por João Chagas e por ele referido no seu *Diário* (vol. 1.º p. 223) não nos parece claramente bem definido, sendo ele próprio quem deixa um ténue rasto de mistério em toda essa questão.

² Note-se que o mais importante para os Franceses era a cedência das peças de artilharia e que o empenhamento da Divisão representou já uma imposição por parte do Exército português cujos chefes viam com maus olhos a entrega de armas sem que fossem devidamente acompanhadas dos soldados para as operarem. Era uma questão de honra e dignidade.

³ Cf. General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945, p. 518.

Ainda na vigência do Governo Bernardino Machado foram dadas as primeiras instruções que visavam a mobilização. Também na sequência do pedido francês, efectivado pelo Governo inglês, logo no dia 19 de Outubro de 1914 partia para Londres uma missão de oficiais do Estado-Maior português — capitães Ivens Ferraz, Fernando Freiria e Azambuja Martins — para, na capital inglesa, estabelecerem os contactos convenientes com o Estado-Maior britânico a fim de estudarem a forma mais apropriada de levar a cabo a colaboração militar nacional.

A 23 de Novembro o Governo português obteve a autorização do Parlamento para poder intervir militarmente em França. Restava iniciarem-se as acções imprescindíveis para tornar efectiva a acção que parecia ir no sentido de agradar a todos os intervenientes.

1.1. Mobilização

Foi pelo Decreto de 25 de Novembro de 1914 que se estabeleceram o comando da *Divisão Auxiliar*, a chefia do respectivo estado-maior e o método para levar a efeito a sua mobilização⁴. O artigo 1.º determinava que o contingente a formar fosse conseguido à custa do pessoal e material da 1.ª e 7.ª Divisões territoriais do Exército (Lisboa e Tomar) sem prejuízo de se poder mobilizar de outras Divisões se para tal a necessidade o impusesse (art.º 2.º). Verdade seja que o edital de mobilização mandava convocar tropas, também, da 4.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª Divisões territoriais (respectivamente das seguintes unidades: Artilharia n.º 3; Artilharia n.º 2 e 5.º Grupo de Metralhadoras; 6.º Grupo de Metralhadoras; e Artilharia n.º 5)⁵. O peso da mobilização recaía sobre os Regimentos de Infantaria n.º 1, 2, 5, 16, da

⁴ Faz referência à Lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914 — estabelece poderes especiais para o Governo garantir a ordem e salvaguardar os interesses nacionais — e à Lei n.º 283, de 24 de Novembro de 1914, que autoriza o Governo a tomar as providências necessárias aos altos interesses nacionais. *Ordem do Exército* n.º 28, 1.ª série, de 26 de Novembro de 1914, p. 1387-1388. O comando foi entregue ao general Jaime Leitão de Castro, até então comandante da 7.ª Divisão territorial e para chefe do estado-maior foi nomeado o major do Serviço do Estado-Maior Roberto da Cunha Baptista.

⁵ AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1256.

9. A 1.^a grande revolta

Para se poder compreender com clareza a primeira grande revolta ocorrida entre as tropas portuguesas na Flandres, em 1918, ter-se-á de recuar até à data de 20 de Março para se olhar o dispositivo do CEP no terreno. Com efeito, naquela data, os subsectores eram os seguintes: em Fauquissart estava a 4.^a Brigada; em Chapigny, a 6.^a Brigada; em Neuve Chapelle, a 3.^a; em reserva, na Linha das Aldeias ou *Village Line*, a 5.^a Brigada. Na mesma data a 1.^a Divisão ocupava somente o subsector de Ferme du Bois¹⁴⁹.

O comandante da 1.^a Divisão, general Gomes da Costa, consciente do desgaste da sua tropa e do menor esforço relativo que estava a ser pedido à 2.^a Divisão, propôs que se alterasse o dispositivo¹⁵⁰ da seguinte maneira: no subsector de Fauquissart a 4.^a Brigada seria rendida pela 5.^a Brigada que estava em reserva na Linha das Aldeias — a rendição efectuar-se-ia a partir de 10 de Abril; no subsector de Chapigny continuaria a 6.^a Brigada; no de Neuve Chapelle a 3.^a Brigada seria rendida pela 2.^a Brigada, pertencente à 1.^a Divisão — a rendição efectuar-se-ia a partir de 5 de Abril; em reserva, na Linha das Aldeias, ficaria a 4.^a Brigada. Assim, quando a 1.^a Divisão retirasse para descanso, de acordo com o disposto na Convenção de 21 de Janeiro, nela estaria incorporada a 3.^a Brigada, mantendo-se, por conseguinte, em combate a 2.^a Brigada.

Diz o Major Vitorino Godinho, no seu *Relatório Circunstanciado*: «Só uma parte das tropas da 2.^a Brigada chegou a entrar nas trincheiras; a outra, quando recebeu a ordem, recusou-se, resultando desta insubordinação as novas alterações (...)»¹⁵¹.

Do Relatório do general Abreu e Silva obtém-se a informação mais completa sobre o que aconteceu: «O Batalhão de Infantaria 7 [era um dos que integrava a 2.^o Brigada] recusou-se a marchar e, espalhando-se pelas cercanias dos acantonamentos, dando tiros, impediu a entrada [em linhas] de praças do [Batalhão de Infantaria] 23 e do [Batalhão de Infantaria] 24,

¹⁴⁹ Idem, *op. cit.* p. 125.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*.

tendo marchado a ocupar os seus postos o Batalhão de Infantaria 35, o único da Brigada que entrou [em linhas] com todo o seu efectivo. Este facto originou a expedição de novas ordens e a 2.^a Brigada foi retirada para a zona da retaguarda»¹⁵².

A revolta deu-se na noite de 4 para 5 de Abril. Conta o comandante do CEP que neste dia se dirigiu ao quartel-general do 1.º Exército britânico para «(...) comunicar o sucedido e pedir ao Sr. general comandante para receber os soldados revoltosos, depois de desarmados, num Corpo britânico para ali trabalharem em obras de fortificação»¹⁵³. Sem medir consequências, Abreu e Silva abriu a porta ao futuro de todo o CEP: transformá-lo em trabalhadores de enxada!

Depois daquele passo o General Abreu e Silva tomou a decisão de dissolver administrativamente o Batalhão de Infantaria n.º 7 e entrou na fase de proceder à subordinação das tropas sublevadas. Conta-nos: «(...) mandei em 6 (de Abril) cercar a povoação [na área da qual estavam os soldados insubordinados] e desarmar as praças. À chegada dos Batalhões de Infantaria 21 e 22, comandados pelos Majores Garcia e Tito Barreiros, que vinham executar este serviço, entregaram-se 160 praças de Infantaria 7. As restantes declararam que resistiriam e entrincheiraram-se nas casas. Vendo a necessidade de sufocar a revolta naquele mesmo dia, solicitei autorização para mandar avançar duas bocas de fogo [peças de artilharia de campanha] e bombardear as casas onde os revoltosos se fortificaram. O tenente-coronel Sequeira, então comandante da 1.^a Brigada e que dirigia o cerco, avisou, às 14 horas, o *Maire* para que intimasse os civis a evacuarem a aldeia que ia ser bombardeada. Os revoltosos, em vista desta comunicação, resolveram entregar-se, o que fizeram em grupos e, às 17 horas, estavam todos desarmados e em camiões foram transportados para Noueux-les-Mines, onde passaram a constituir um depósito disciplinar»¹⁵⁴.

O incidente acabou por aqui. Valerá, no entanto, a pena referir as considerações seguintes do general comandante do CEP. Assim, o Capitão Leite,

¹⁵² General Tamagnini de Abreu e Silva, *op. cit.* p. 57.

¹⁵³ Idem, *op. cit.* p. 57-58.

¹⁵⁴ Idem, *op. cit.* p. 58.

comandante interino do Batalhão de Infantaria n.º 7, foi julgado e absolvido em Conselho de Guerra; todavia, a alguns oficiais foram aplicadas penas disciplinares; os chefes da revolta foram condenados em Conselho de Guerra. Será curioso notar que os insubordinados, para além dos tiros disparados para o ar com que iniciaram a revolta, não praticaram violências nem baixas ou ferimentos.

O general Abreu e Silva concluiu o seu relato, afirmando que as tropas amotinadas «(...) vociferavam, dizendo que os oficiais iam de licença a Portugal e não voltavam enquanto eles ficavam; que a Alemanha tinha declarado guerra a Portugal e não só às duas Divisões que estavam em França; que não vinham reforços de Portugal; que parecia estarem eles condenados a morrer todos, em França, etc., etc.»¹⁵⁵.

Será ocioso recordar o estado físico e moral das tropas portuguesas na frente de batalha, em França, no final do mês de Março de 1918¹⁵⁶. John Keegan, autor contemporâneo, em estudo de 1976 — diz que «(...) se adoptarmos uma visão muito larga da guerra, verificamos que em todos os exércitos [que combateram na 1.ª Guerra Mundial] se chegou a um ponto em que uma maioria ou minoria de diminuídos se recusava a continuar»¹⁵⁷. E recorda-nos que no Exército francês, em Maio de 1917, cinquenta e quatro Divisões de um total de cem, se revoltaram e que o 5.º Exército inglês, em Março de 1918, «entrou em derrocada tanto moral como física»¹⁵⁸.

Se, para o caso nacional, associarmos ao esforço adicional que se estava a pedir ao CEP, a acção psicológica que os Alemães exerciam sobre pobres soldados abandonados pelo Governo de Lisboa¹⁵⁹ teremos já uma parte — curta, é certo — da explicação da revolta.

Como se viu a primeira grande revolta entre as tropas do CEP começou na 2.ª Brigada de Infantaria e encontrou o seu núcleo duro no Batalhão de

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁶ Veja-se o nosso trabalho «A Participação de Portugal na Grande Guerra» in *História Contemporânea de Portugal* (dir. João Medina), tomo II, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, p. 34-53.

¹⁵⁷ John Keegan, *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 209.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁹ Consulte-se sobre a acção psicológica alemã general Ferreira Martins, *Portugal na Grande Guerra*, 1.º vol., Editorial Ática, 1934, p. 297.

Infantaria n.º 7. Ora, compulsando as estatísticas existentes, é possível determinar que esta Brigada foi a que, até àquela altura, mais tempo teve de permanência em primeiras linhas de combate — sete meses e onze dias — e era, simultaneamente, a que menos tempo tinha de situação de reserva — um mês e três dias. A Brigada que se lhe seguia, em tempo de permanência em combate, era a 3.ª com sete meses e sete dias¹⁶⁰. Colocar de novo a 2.ª Brigada em primeiras linhas era, só por si, uma violência já que se mandava retirar para repouso a 1.ª, que tinha seis meses e 24 dias de combate. A mais elementar justiça aconselharia a que a 2.ª e 3.ª Brigadas fossem descansar. Razões que não chegaram aos dias de hoje alteraram o critério. Por outro lado, o Batalhão de Infantaria n.º 7, num total de trinta e dois, foi o nono com maior número de mortos: 63, dos quais 50 em combate, 5 por desastre em serviço e 8 por doença ou acidente. Esta unidade foi, em todo o CEP, a segunda com maior número de baixas: 300 homens. Em combate, teve 197 feridos, dos quais 183 eram praças, 11 sargentos e 3 oficiais; gaseados teve 88 homens, sendo 73 praças; e, por doença ou acidente, teve 15 feridos¹⁶¹.

Se conjugarmos o número de baixas — mortos e feridos — com o número de prisioneiros regressados da Alemanha (e tem de se levar em conta que esta unidade não participou na batalha de La Lys) — 26 —, temos um total de 389 homens, ou seja, cerca de um terço dos efectivos. O Batalhão de Infantaria n.º 7, dentro da 2.ª Brigada, era o mais sacrificado de todos, por isso foi o que mais facilmente cedeu à revolta.

Como síntese deste parágrafo, fica mais do que evidente o quanto em verdadeiro sofrimento estavam as tropas portuguesas nesta altura da campanha. E deve ser levado em consideração que a tomar conta de um sector de Corpo de Exército, as duas Divisões nacionais já estavam desde Novembro de 1917, sem qualquer tipo de rendição. Ora, o tempo de permanência em primeira linha que, por norma, o comando inglês obrigava às suas Divisões era de três meses. O CEP, com responsabilidades totais estava havia mais de quatro meses, para além de todo aquele tempo de estágio e de assunção de responsabilidades de subsectores.

¹⁶⁰ AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1401.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

Foi, talvez, um sentido exagerado da necessidade de manter a representação militar nacional nas primeiras linhas de combate, para cumprir o inicial objectivo e, depois, o desleixo do Governo Sidónio Pais, associados a todos os motivos que vimos invocando, que conduziram à ruína o CEP enquanto unidade operacional do Exército Português.

10. A batalha de La Lys

Na madrugada de 9 de Abril de 1918 caiu sobre a 2.^a Divisão do Corpo Expedicionário Português a maior ofensiva que jamais as tropas lusas suportaram em qualquer operação militar. Foi, até hoje, a última batalha do Exército Português. A sua horrenda grandeza resulta não só da quantidade de forças que contra as nossas tropas se abateram, como também da brutalidade de meios usados para quebrar o já desalentado moral dos soldados que combatiam em França pela causa comum da Liberdade.

Quase cem anos passados sobre a data de tão estrondoso acontecimento, em Portugal, continua-se a comemorar publicamente o feito, não porque represente uma vitória — que não foi —, mas porque ali se sacrificaram no altar da Pátria homens humildes, soldados bisonhos, que defendiam, acima de tudo, o direito a participar como nação independente e soberana nos destinos da Europa e do Mundo. Derrotadas, mas não humilhadas, as forças portuguesas continuaram até ao fim da guerra a viver um calvário pleno de sacrifícios esquecidos do poder político que havia assumido os destinos de Portugal, legitimado, tão só, pela força das armas.

10.1. Visão geral da frente em La Lys — as forças aliadas

O ataque alemão de 9 de Abril de 1918 na região de Lille, mais exactamente entre Armentières e Béthune, exerceu-se sobre os sectores da frente que eram defendidos, de norte para sul, pela 34.^a e 40.^a Divisões britânicas, a 2.^a Divisão portuguesa e a 55.^a Divisão britânica. A norte, pertencente à 40.^a Divisão, ligava-se com a 2.^a Divisão, através da 4.^a Brigada de Infantaria,

a 119.^a Brigada e, a sul, a 165.^a Brigada, da 55.^a Divisão, ligava-se com a 5.^a Brigada de Infantaria¹⁶².

A frente estava dividida em cinco sectores: Fleurbaix (defendido pela 119.^a Brigada), Fauquissart (onde estava a 4.^a Brigada, também conhecida entre as tropas do CEP por “Brigada do Minho”), Neuve Chapelle (guarnecido pela 6.^a Brigada), Ferme du Bois (defendido pela 5.^a Brigada) e Givenchy (onde estava a 165.^a Brigada). Toda esta frente correspondia a uma linha recta com a extensão de pouco mais de 16 quilómetros¹⁶³.

No sector de Fauquissart, em primeiras linhas, encontrava-se, à esquerda, o Batalhão de Infantaria n.º 8 e, à direita, o Batalhão de Infantaria 20; em apoio o Batalhão de Infantaria n.º 29 e em reserva o de Infantaria n.º 3. Os apoios de fogo, neste sector, eram dados pela 4.^a Bateria de Morteiros Ligeiros, 4.º Grupo de Metralhadoras, 4.^a Bateria de Morteiros Médios, e 6.º Grupo de Baterias de Artilharia. Reforçavam-no a 4.^a Companhia de Sapadores-Mineiros¹⁶⁴.

No sector de Neuve Chapelle, o do centro, estavam, em primeiras linhas, à esquerda, o Batalhão de Infantaria n.º 1 e, à direita, o de Infantaria n.º 2; em apoio o Batalhão de Infantaria n.º 11 e em reserva o de Infantaria n.º 5. Os apoios de fogo eram dados pela 6.^a Bateria de Morteiros Ligeiros, 3.º e 1.º Grupos de Metralhadoras, 6.^a Bateria de Morteiros Médios, 2.º e 1.º Grupos de Baterias de Artilharia. Reforçavam-no a 3.^a Companhia de Sapadores-Mineiros¹⁶⁵.

No sector de Fermes du Bois, situavam-se, em primeiras linhas, à esquerda o Batalhão de Infantaria n.º 17 e, à direita, o de Infantaria n.º 10, em apoio o de Infantaria n.º 4 e em reserva o Batalhão de Infantaria n.º 13. Os apoios de fogo eram dados pela 5.^a Bateria de Morteiros Ligeiros, 5.º Grupo de Metralhadoras, 2.^a Bateria de Morteiros Médios e 5.º Grupo de Baterias de Artilharia. Reforçavam-no a 1.^a Companhia de Sapadores-Mineiros¹⁶⁶.

¹⁶² Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 150.

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*.

Em reserva da Divisão estava o 2.º Grupo de Companhias de Pioneiros, a 3.ª Brigada de Infantaria e a 2.ª Bateria de Morteiros Ligeiros. Muito para a retaguarda, em situação não utilizável, encontrava-se a 5.ª Bateria de Morteiros Médios e o 6.º Grupo de Metralhadoras¹⁶⁷.

A 2.ª Divisão portuguesa defendia, como já dissemos, exactamente a mesma frente que tinha sido defendida em Novembro por duas Divisões do CEP. A fragilidade, mesmo sem contar com a usura de mais de quatro meses de combate sem reforços nem rendições, tinha de ser absoluta. Foi pena que, em última análise, o comando britânico não tivesse aceite a sensata proposta do novo chefe do estado-maior do CEP, Coronel Sinel de Cordes, que se resumia a manter as duas Divisões na frente, mas com uma Brigada de cada em primeiras linhas, outra em reserva e outra em apoio. Quer dizer, reduzia-se a frente a duas Brigadas, mas mantinham-se as restantes em profundidade, permitindo um maior repouso aos homens extenuados¹⁶⁸. Teria sido mais fácil opor uma significativa resistência ao assalto germânico.

10.2. As forças alemãs

A Divisão de Infantaria alemã tinha, normalmente, a seguinte orgânica: 3 Regimentos de Infantaria, incorporando, ao todo, 9 Batalhões; cada um destes integrava 4 Companhias de Infantaria e 1 Companhia de Metralhadoras a 3 secções. A Companhia de Infantaria subdividia-se em 3 pelotões, formados por 4 secções. Integravam, ainda a Divisão, mais um Grupo de 3 Companhias de Metralhadoras, uma Companhia de Morteiros de Trincheira, com 3 morteiros pesados, 6 médios e 12 ligeiros, um Regimento de Artilharia com 3 Grupos, cada um formado por 3 Baterias, mais ainda dois Esquadrões de Cavalaria e uma Companhia de Ciclistas, tropas de Engenharia, do Serviço de Saúde e um Trem de Combate Divisionário¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁸ General Ferreira Martins, *op. cit.* p. 197.

¹⁶⁹ General Ferreira Martins, *op. cit.* 2.º vol. p. 30-31.

O 6.º Exército alemão, do comando de von Quast, guardava as trincheiras que ficavam sensivelmente fronteiras às do 1.º Exército britânico, comandado pelo General Horne, que se estendia desde o rio Lys (Armentières) até Acheville a S.E. de Lens.

Justamente em frente da 2.ª Divisão portuguesa estava quase toda a 81.ª Divisão de Reserva — que incluía os Regimentos com os números 269, 268 e uma parte do 267 — e mais ou menos metade da 44.ª Divisão de Reserva — o Regimento 206.º e uma parte do 208.º¹⁷⁰.

Em 8 de Abril, de Armentières ao canal de La Bassé, os Alemães guardavam a frente, em primeira linha, com as seguintes Divisões: 38.ª Div., 32.ª Div., 10.ª “Ersatz” Div., 81.ª Res. Div., 44.ª Res. Div.¹⁷¹.

Todo o movimento de avanço das tropas para as primeiras linhas alemãs fez-se na noite de 8 para 9 de Abril de forma a iniciar a ofensiva na madrugada de 9. O esforço do ataque ia incidir sobre as trincheiras aliadas entre Bois Grenier, a norte, e o canal de La Bassé, a sul, sendo que o máximo da força se concentrava em frente da 2.ª Divisão portuguesa. De norte para sul era assim constituída a força atacante: 32.ª Div., 10.ª “Ersatz” Div., 8.ª Bav. Res. Div., 1.ª Bav. Res. Div., 18.ª Res. Div., 43.ª Res. Div. e 4.ª “Ersatz” Div.. Em apoio estavam a 11.ª Div., a 42.ª Div., a 35.ª Div., a 16.ª Div. e a 44.ª Res. Div.¹⁷².

As Divisões alemãs necessárias para a 1.ª linha de ataque foram entrando nos sectores das que ocupavam já o terreno por compressão destas, de modo que na mesma área, em vez de uma ficaram duas Divisões na noite de 8 para 9 de Abril.

O ataque tinha sido architectado para ser feito em quatro colunas comandadas pelos Generais von Kraewel, von Bernhardt, von Carlowitz e von Stetten. O Corpo de Exército comandado por von Kraewel, no sul, tinha como objectivo a linha que apontava a Locon, seguindo por Guivenchy, Festubert e Richebourg l'Avoué; no centro, os Corpos de Exército de von Bernhardt e von Carlowitz, deveriam atingir a linha de ligação entre a

¹⁷⁰ Idem, *op. cit.* p. 30 e Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 152.

¹⁷¹ Vitorino Godinho, *ibidem*.

¹⁷² Idem, *op. cit.* p. 152-153.

ribeira de Lawe e o rio Lys, torcendo para Merville e Hazebruck, por fim, o Corpo de Exército de von Setten seguiria o de von Carlowitz, curvando sobre Bailleul e fixando-se a Oeste de Armentières¹⁷³.

10.3. A ordem de rendição da 2.^a Divisão

O cansaço e desmoralização das tropas portuguesas da 2.^a Divisão do CEP pôde ser evidenciado na reunião que o comandante do XI Corpo de Exército britânico, tenente-general Haking teve com os responsáveis pelos comandos mais importantes da unidade nacional, no dia 7 de Abril, no quartel-general de Gomes da Costa. Nessa altura, o comandante inglês ouviu da boca dos comandantes das Brigadas da 2.^a Divisão o relato exacto e real do quadro com que eles se tinham de defrontar.

O General Haking deu por concluído o encontro, fazendo um elogio às tropas portuguesas e prometendo que se ia interessar pessoalmente pelo caso exposto. Nesse momento não se falou em render ou substituir a 2.^a Divisão, antes pelo contrário, o comandante do XI Corpo pediu a continuação do sacrifício dos Portugueses, ainda que viessem a ser reforçados com unidades britânicas. Recordou a todos que a principal linha de defesa era a *B Line*.¹⁷⁴ Os oficiais portugueses vergaram-se perante a impossibilidade.

No dia seguinte, foi grande o espanto no posto de comando do general Gomes da Costa quando se recebeu a ordem de rendição da 2.^a Divisão, que devia marchar para a retaguarda entre os dias 9 e 10 de Abril¹⁷⁵. Iam ter o merecido repouso.

Poderá haver hoje quem considere que tendo estado o CEP sempre no mesmo sector da frente e não se tendo verificado, até 9 de Abril de 1918, nenhuma grande ofensiva nessa zona, o contributo geral do Corpo de Exército nacional teria sido de pouca, ou mesmo nenhuma, monta. É uma análise errada, porque desvaloriza o facto de ao empenhar duas Divisões

¹⁷³ Vitorino Godinho, *op. cit.* p. 151-153 e general Ferreira Martins, *op. cit.* p. 31.

¹⁷⁴ General Gomes da Costa, *O Corpo Expedicionário Português (...)*, p. 125.

¹⁷⁵ *Idem*, *op. cit.* p. 126.

num sector relativamente tranquilo deu-se a possibilidade de libertar outras tantas do Exército britânico para combaterem em regiões onde os Alemães foram mais violentos; acresce que não se está também a relevar o desgaste constante da usura do combate permanente.

A ordem de rendição contemplava o regresso da 2.^a Divisão à retaguarda, determinando que a 50.^a Divisão britânica passasse do xv Corpo de Exército para o xi; que a 55.^a Divisão, que ocupava um sector à direita da 2.^a Divisão do CEP, passasse a englobar o sector de Ferme du Bois, substituindo a 5.^a Brigada de Infantaria portuguesa; que a 50.^a Divisão substituísse as Brigadas que guarneciam os sectores de Neuve Chapelle e Fauquissart e as tropas que estavam em reserva. Quer dizer, o espaço geográfico defendido pela 2.^a Divisão passava agora à responsabilidade de duas Divisões britânicas ainda que enfraquecendo os sectores que já antes ocupavam¹⁷⁶. A ordem de retirar para a retaguarda só dizia respeito à infantaria, devendo continuar nas suas posições as unidades de artilharia¹⁷⁷.

É sabido que um dos momentos de maior fragilidade das tropas em campanha é o da sua rendição por outras, porque as que partem estão a recolher todos os materiais e armamento, desviando, ainda que por pouco tempo, a sua atenção do inimigo e as que assumem posições não tiveram oportunidade para se familiarizar com a nova situação, nem têm instaladas as armas e os equipamentos, nem fizeram os necessários reconhecimentos do terreno para saberem com o que podem e devem contar. Foi neste ponto crítico que a 2.^a Divisão do CEP teve de enfrentar o ataque alemão.

10.4. Ordem de batalha da 2.^a Divisão

Em páginas anteriores já enumerámos as principais unidades que compunham o efectivo de combate da 2.^a Divisão e indicámos, também, a sua localização no terreno. Essa era a ordem de batalha sumária da grande unidade do CEP com responsabilidades de defesa. Faltou-nos, na altura,

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

ANEXO N.º 2

Quadro comparativo dos efectivos em oficiais necessários
para constituir uma ou quatro Divisões para marcharem para França
AHM 1.ª Div. 35.ª Sec. Cx. 1177

Arma, Serviço ou Especialidade	Quantidade p/1 Divisão	Quantidade p/4 Divisões
Generais	1	4
Estado-Maior	5	20
Engenharia	23	92
Artilharia (Campanha)	102	408
Cavalaria	34	136
Infantaria	266	1.064
Médicos	82	328
Veterinários	24	96
Farmacêuticos	5	20
Administração Militar	74	296
Secretariado	4	16
Qualquer Arma (preferência c/curso de E-M.)	4	16
Guarda Republicana	3	12
Quadro Auxiliar do Serviço de Saúde	3	12
Quadro Auxiliar de Administração Militar	7	28
Total para 1 Divisão	637	
Total para 4 Divisões		2548

ANEXO N.º 3

Síntese da tipologia das faltas disciplinares publicadas em O. S. do CEP
(Amostra: 503 casos; desprezaram-se casos individuais não tipificáveis nos itens seguintes)

Tipologia das faltas	N.º de faltosos	% da amostra
Não cumprimento de ordens, retorquindo ou não, com embriaguez ou não, com falta de zelo ou não	53	10,5
Excesso de velocidade ou pouco cuidado na condução de qualquer tipo de viatura	20	4,0
Ausência temporária do serviço, sem licença, mal ataviado ou não, com tentativa de deserção ou não	21	4,2
Falta ou abandono da instrução, ausência de zelo, mau exemplo e falta de cumprimento de ordens	19	3,8
Envolvimento em desordem com outro militar, com ferimentos e embriagado ou não	13	2,6
Falta de respeito ou de correcção no tratamento com superior hierárquico ou camaradas	16	3,2
Furto ou tentativa de furto a civis	5	1,0
Não cumprimento do Regulamento de Censura da Correspondência ou utilização do correio civil	70	14,0
Pouco zelo no serviço	4	0,8
Fuga da formatura	7	1,4
Não cumprimento do Regulamento de Continências e Honras Militares	7	1,4
Apoio do movimento revolucionário de 13 e 14 de Dezembro de 1916	6	1,2
Prática de jogos de azar	6	1,2
Aquisição propositada de doença venérea	1	0,2
Encobrimento da prática de crime por civil	2	0,4
Falsas declarações sob palavra de honra	11	2,2
Ausência temporária do posto	2	0,4
Prática de caça num bosque	7	1,4
Transporte de um civil num automóvel militar	9	1,8
Prática de sodomia	3	0,6

ANEXO N.º 4

Síntese da tipologia das faltas disciplinares da 4.ª Brigada de Infantaria
(Amostra: 215 casos; desprezaram-se situações individuais que não cabiam nos itens seguintes)

656

Tipologia da falta	N.º de faltosos	% da amostra
Dormir no posto de sentinela	1	0,5
Ausência sem licença	10	4,7
Falta à instrução	94	43,7
Falta ao cumprimento de ordens e de respeito	23	10,7
Falta de zelo	1	0,5
Falta ao serviço, à higiene e à verdade	10	4,7
Falta ao respeito a superior	3	1,4
Falta de correcção e aprumo militares	10	4,7
Falta a formatura, falta à formatura de revista e respeito a superior	41	19,1
Incumprimento do Regulamento de Censura da Correspondência	1	0,5
Agressões entre militares	3	1,4
Falta à verdade	1	0,5
Falsificação de documentos	2	0,9
Desumanidade	1	0,5

ANEXO N.º 5

Quadro das punições dos oficiais do CEP
(Janeiro de 1917 a Dezembro de 1918)

Graduação	Repreensão	Multa	Pris. Discipl.	Pris. Correc.	Presídio mil.	Total
T Coronel			1			1
Major	1		4			5
Capitão	3		16	8		27
Tenente	4	1	17	8		30
Alferes	22	7	49	23	1	102
TOTAL	30	8	87	39	1	165

ANEXO N.º 6

Quadro de análise dos processos finalizados no Tribunal a funcionar junto do comando do CEP
(Amostra 448 casos)

657

Tipo de crime	N.º de casos
Atropelamento, com ou sem morte	13
Cobardia	13
Contra o dever militar	27
Deserção, com ou sem outras agravantes	82
Extravio de artigos militares	21
Furto	42
Homicídio involuntário	15
Homicídio voluntário	8
Insubordinação, com ou sem outras agravantes	127
Mutilação voluntária	2
Ofensas corporais a superior hierárquico ou não	15
Ofensas verbais a superiores	3
Revolta	31
Traição	1
Traição contra o direito das gentes	1

ANEXO N.º 7

Relação de Pessoal do CEP

Armas e Serviços	Oficiais	Sargentos	Cabos	Soldados	Enfer-meiras	Enfer-meiros	Total
Infantaria	1502	1698	2961	29 470			35 631
Artilharia	628	639	1132	7223			9622
Engenharia	210	271	664	2954			4099
Cavalaria	125	222	227	1629			2203
Serviço de Saúde	475	163	311	978			1927
Serviço de Adm. Militar	240	58	103	1006			1407
Armada	1						1
Equiparados	114						114
Corpo do E. M.	43						43
Cruz Vermelha	2				54	26	82
Secretariado	36						36
Soma	3376	3051	5398	43 260	54	26	55 165

ANEXO N.º 8

Oficiais mortos no CEP em 1917

658

Meses	Combate	Desastre	Doença	Total
Janeiro		1		1
Fevereiro				
Março				
Abril			1	1
Maio	1			1
Junho	1			1
Julho	1	1		2
Agosto	1		1	2
Setembro	1	2	1	4
Outubro	1	1		2
Novembro	1			1
Dezembro		1		1
Soma	7	6	3	16

ANEXO N.º 9

Sargentos e praças mortos no CEP em 1917

Meses	Combate	Gases	Desastre	Doença	Causa desconhecida	Total
Janeiro						
Fevereiro				2		2
Março				6		6
Abril	2		1	1		4
Maio	8		2	5		15
Junho	72	9	5	4		90
Julho	71		13	10		94
Agosto	74		7	15		96
Setembro	66		10	7		83
Outubro	53		2	10		65
Novembro	56		3	12	1	72
Dezembro	44		10	11		65
Soma	446	9	53	83	1	592

ANEXO N.º 10

Oficiais, sargentos e praças mortos no CEP de 1 de Janeiro a 8 de Abril de 1918

Meses	Combate		Gases		Desastre		Doença		Totais	
	Ofic.	Praças	Ofic.	Praças	Ofic.	Praças	Ofic.	Praças		
Janeiro		35		31		5		17		88
Fevereiro		35			1	2		20	1	57
Março	5	230		4		6		25	5	265
Abril (até 8)		15						5		20
Soma	5	315		35	1	13		67	6	430

659

ANEXO N.º 11

Oficiais mortos no CEP de 9 de Abril até 31 de Dezembro de 1918

Meses	Combate	Gases	Desastre	Doença	Totais
Abril (desde 9)	29				29
Maio	1				1
Junho				2	2
Julho				1	1
Agosto					
Setembro			1	1	2
Outubro	1	2		4	7
Novembro				4	4
Dezembro				2	2
Soma	31	2	1	14	48

ANEXO N. 12

Sargentos e praças mortos no CEP de 9 de Abril a 31 de Dezembro de 1918

660

Meses	Combate	Gases	Desastre	Doença	Causas desconhecidas	Total
Abril (desde 9)	360	2	3	25	4	394
Maio	25	1	6	33		65
Junho	14	12	1	26	2	55
Julho	12	4	2	34	3	55
Agosto	45	1	5	23	8	82
Setembro	20	3	6	18	5	52
Outubro	23		10	45	12	90
Novembro	5	1	4	53	11	74
Dezembro	1		2	27	2	32
Ignora-se	1				6	7
Soma	506	24	39	284	53	906

ANEXO N.º 13

Baixas por ferimentos no CEP até 30 de Novembro de 1918

Anos 1917	Meses	Tipo de ferimento			Totais
		Combate	Gases	Desastre	
	Abril	5			5
	Maio	17	14	4	35
	Junho	278	56	31	365
	Julho	213	110	39	362
	Agosto	133	230	3	366
	Setembro	150	39	72	261
	Outubro	169	15	62	246
	Novembro	169	7	30	206
	Dezembro	127	8	56	191
	Subtotal	1261	479	297	2037
1918	Meses				
	Janeiro	136	304	21	461
	Fevereiro	89	44	41	174
	Março	633	741	27	1401
	Abril	510	264	20	794
	Maio	122	6	6	134
	Junho	12	14		26
	Julho	38	25	2	65
	Agosto	76	9	1	86
	Setembro	25	57	5	87
	Outubro	17	3	24	44
	Novembro	11	28	6	45
	Total	2930	1974	450	5354

ANEXO N.º 14

Oficiais, sargentos e praças julgados incapazes de serviço

Decisão das Juntas de Saúde	Oficiais	Sargentos	Praças	Total
Incapazes de todo o serviço	384	362	4992	5738
Incapazes de serviço activo	29	50	325	404
Incapazes de serviço no CEP	26	9	84	119
Para recuperação como mutilado			11	11
Apurados para serviços auxiliares		66	942	1008
Soma	439	487	6354	7280

661

ANEXO N.º 15

Relação entre oficiais do Quadro Permanente e Milicianos no CEP

Tipo de Quadro	Postos							Total
	Gen.	Cor.	Tcor.	Maj.	Cap.	Ten.	Alf.	
Permanente	5	27	45	108	499	462	992	2138
Miliciano				3	25	95	1015	1138
Soma	5	27	45	111	524	557	2007	3276

ANEXO N.º 16

Permanência média das Brigadas de Infantaria do CEP em 1.ª linha

662

Unidade	Sectores						Total ⁽¹⁾
	Ferme du Bois	Neuve Chapelle	Fauquissart	Chapigny	Fleurbaix	Reserva	
1.ª Brig.	5m 4d	1m 20d				1m 18d	6m 24d
2.ª Brig.	2m 3d	5m 8d				1m 3d	7m 11d
3.ª Brig.		2m 23d	4m 14d			1m 6d	7m 7d
4.ª Brig.	3m 3d		2m 3d			1m 4d	5m 6d
5.ª Brig.	4d			2m 13d	9d	26d	2m 26d
6.ª Brig.		4d	2m 10d	26d		1m 1d	3m 10d

⁽¹⁾ Este total refere-se à permanência em 1.ª linha.

ANEXO N.º 17

Permanência média das unidades de Artilharia do CEP em 1.ª linha

Unidade	Até 9 de Abril de 1918	De 9 de Abril até ao Armistício	Total
1.º GBA	9m		9m
2.º GBA	9m		9m
3.º GBA	9m 15d	1m	10m 15d
4.ª GBA	8m 15d	4m	12m 15d
5.º GBA	3m 15d		3m 15d
6.º GBA	3m		3m
CAP (a)		5m 12d	5m 12d

^(a) Corpo de Artilharia Pesada, distinto do Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI)

ANEXO N.º 18

Permanência dos Grupos e do Batalhão de Metralhadoras em 1.^{as} linhas em França

Unidade	Até 9 de Abril de 1918	De 9 de Abril ao Armistício	Total	Observações
1.º GM	9m 8d		9m 8d	Suprimido em 29/4/18
2.º GM	9m 2d	6m 1d	15m 3d	Passou ao BMP
3.ºGM	4m 2d	5m 18d	9m 20d	Passou ao BMP
4.º GM	4m 2d		4m 2d	Suprimido em 29/4/18
5.º GM	7m 28d		7m 28d	Suprimido em 29/4/18
6.º GM	1m 7d	6m 1d	7m 8d	Passou ao BMP
Bat. Met. Pesadas		11d	11d	Organizado em 1/11/18

663

ANEXO N.º 19

Permanência das Companhias de Sapadores-Mineiros
e Grupos de Pioneiros em 1.^{as} linhas em França

Unidade	Até 9 de Abril de 1918	De 9 de Abril ao Armistício	Total	Observações
1. ^a CSM	9m 12d	7m 1d	16m 13d	
2. ^a CSM	9m 14d	7m 1d	16m 15d	
3. ^a CSM	7m 24d	7m 4d	14m 28d	
4. ^a CSM	8m 15d	6m 10d	14m 25d	Extinta em 25/10/18
1.º GCP	9m 19d	7m 4d	16m 23d	
2.º GCP	6m 6d	7m 4d	13m 10d	